

# AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A SAÚDE DOS EDUCADORES







Debater as atuais condições de trabalho dos educadores e as implicações decorrentes na saúde desses profissionais, para elaborar e apresentar projetos de lei de âmbito federal, estadual e municipal. Projetos que proporcionem melhorias nas condições de trabalho e a preservação da saúde dos educadores.

## DADOS

Resultado da pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – realizada em 2004, em 10 estados brasileiros:

- Mais de 30% de professores e funcionários de escola tiveram ou têm problemas de saúde/
- 22,6%, o que equivale a um quarto dos profissionais, precisaram de licença ou afastamento temporário ou definitivo do trabalho. Pesquisa mais recente feita em São Paulo, divulgada em julho deste ano pela CBN, revela dados dos demais estados;
- 87% dos educadores já presenciaram casos de violência nas escolas;
- 70% já viram, no ambiente escolar, consumo e tráfico de drogas;
- 82% já vivenciaram situações de agressão física;
- 74% conhecem casos de ameaças a professores dentro das escolas.

### **Problemas que atingem a realidade do Estado do Paraná:**

- falta de professores substitutos, salas de aulas superlotadas, problemas estruturais nas escolas, a indisciplina. Em função desses e outros fatores, muitas doenças são contraídas pelos profissionais da educação;
- a Síndrome de Burnout, de acordo com alguns autores, é a que mais atinge os educadores, e vai, aos poucos, comprometendo a saúde desses profissionais;
- cordas vocais, problemas cardíacos, problemas de coluna, alergia ao giz, varizes e outras também atingem a categoria.

## Pedro Paulo

*Professor e Vereador do PT*

Esta cartilha é uma coletânea das reflexões feitas durante o Seminário “As Condições de Trabalho e a Saúde dos Educadores”, realizado na Câmara Municipal de Curitiba, em 15 de junho de 2007.

Foi mais um momento importante de debate em que aprofundamos a reflexão sobre um dos problemas atuais que atinge, direta e indiretamente, a todos os trabalhadores/as em educação: as doenças decorrentes em função da natureza do trabalho.

A conseqüência dessa verdadeira “epidemia”, confirmada em estatísticas, explica o aumento anual de pedidos de afastamento.

É impossível ignorar a questão política que permeia esse problema. O que os governos e patrões têm feito para prevenir as causas? Tudo isso, resultado do debate que fizemos no referido Seminário, você vai ler nesta cartilha: efeitos da falta de prevenção, um breve histórico da ‘chegada’ dessas doenças no Brasil e a questão da longa jornada de trabalho a que estão submetidos os educadores e educadoras.

Espero que as propostas elencadas neste material contribuam para alimentar as diversas Casas de Lei, subsidiando a formulação de legislação que enfrente esse problema, entendendo que tanto o Poder Público quanto a iniciativa privada ainda não compreendem corretamente o tamanho do problema e, em decorrência disso, são ineficazes em suas ações preventivas e curativas.

Agradeço ainda a colaboração efetiva dos nossos parceiros que viabilizaram tanto a realização do Seminário quanto a elaboração e publicação da presente cartilha.

## Professor Luizão

*Deputado Estadual pelo PT*

Há três meses me licenciei de uma escola estadual, para assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa. Faço parte da categoria dos professores e entendo que esse seminário foi pertinente para todos os educadores que trabalham tanto na esfera pública ou privada! Considero importante debater esse assunto porque sei da realidade de nossas escolas sejam elas públicas ou particulares. Sei também das condições de trabalho de nossos educadores que, muitas vezes, são submetidos a condições sub-humanas com estresse, hipertensão, problemas na voz, síndrome do pânico.

Como se percebe, as condições de trabalho que nossos educadores enfrentam no cotidiano de nossas escolas têm reflexo direto em sua saúde! Enfrentamos a desestruturação das famílias, a desmotivação dos alunos para o estudo, e os professores diariamente convivem com essa dura realidade! O seminário pôde ajudar a identificar as várias causas dos problemas que continuam a procar o adoecimento geral de nossos educadores.

Há o SAS – Sistema de Atendimento ao Servidor – que atende, com dificuldades, o aspecto físico, mas do psicológico o SAS não trata. Mais importante do que ficar tratando das doenças que aparecem, é tentar identificar as causas e agir sobre elas. Melhorar o ambiente escolar, identificar novas tecnologias que facilitem a vida do educador, envolver mais os pais. Há uma dificuldade grande em fazer com que os pais assumam também a educação dos filhos. Muitas vezes, eles deixam essa educação a cargo da escola. Muitos têm dificuldades de acompanhar o estudo das crianças porque têm as próprias deficiências. O que acontece é que o educador tem de ser psicólogo, pai e mãe. A sobrecarga é muito grande.

## Veroni Salete Del Ré

*Presidente do Núcleo Sindical Curitiba Sul - APP Sindicato*

Esta cartilha surgiu do primeiro seminário sobre *As condições de trabalho e a saúde dos educadores*, realizado no dia 15 de junho de 2007, na Câmara Municipal de Curitiba.

Percebemos a necessidade de ampliar a discussão e debater o assunto com os trabalhadores(as) em educação. A partir daí, trazer a realidade da saúde dos(as) educadores(as).

A saúde do trabalhador é nossa preocupação diária. Por falta de concurso público, o número de servidores é insuficiente e, quando o professor falta, no retorno tem de repor a aula. Quando um funcionário da escola falta, o que fica tem de fazer o serviço de dois ou três.

Esta cartilha tem como meta provocar a discussão entre os(as) trabalhadores(as) sobre os problemas que mais afligem os(as) profissionais do setor, que são os relacionadas à saúde. Eminentemente feminina, a categoria tem, muitas vezes, dupla, tripla jornada de trabalho. E o trabalho é hercúleo.

Mas é preciso ler, discutir, refletir sobre as questões e propor encaminhamentos. Para isso, basta que você, junto com os colegas, escreva para o Núcleo Sindical Curitiba Sul, pelo e-mail [appctba@terra.com.br](mailto:appctba@terra.com.br). Responda, dê a sua sugestão, critique, elogie. A direção do núcleo fará um levantamento das questões e encaminhará aos parceiros do Seminário. Sem eles, seria praticamente inviável a realização do evento: o mandato do vereador Pedro Paulo; o do deputado professor Luizão e do Sinpes – Sindicato dos Professores de Ensino Superior.

# Valdir Perrini

*Advogado trabalhista e vice-presidente do Sinpes –  
Sindicato dos Professores de Ensino Superior*

A questão das doenças ocupacionais toma cada dia mais o espaço de discussão de todos aqueles que questionam a forma competitiva como vem sendo tratado o trabalho neste início do século XXI.

A perda de algumas referências e paradigmas sob o aspecto individual e social faz com que vivamos uma verdadeira epidemia de doenças ocupacionais de natureza emocional e psicossomática.

Neste quadro, é necessário aprofundar o conhecimento do que é a doença ocupacional e quais as providências que podem ser tomadas sob o prisma individual e coletivo para dar um basta a esta situação.

## **INTRODUÇÃO**

Valdir Perrini citou Bertrand Russel e fez uma analogia com o tema abordado no seminário. Além das diferenças entre doença ocupacional, profissional e acidente de trabalho, Perrini, que atua na área do direito, constatou que a legislação é ainda muito tímida.

A CLT, no artigo 318, limita a jornada do professor em quatro horas/aula consecutivas ou seis horas/aula intercaladas. Já a estadual sequer menciona a jornada diária. No estatuto do servidor do Estado, no item jornada de trabalho, só consta a jornada semanal. Fala, também, das 40 horas semanais que, de acor-

---

do com Perrini, “absolutamente nada tem a ver com o caráter penoso, difícil, do trabalho do professor”.

## ELOGIO AO ÓCIO

É preciso citar Bertrand Russel, no livro *Elogio ao Ócio*, escrito em meados do século XX. Há coisas ditas – ainda muito atuais – e que merecem reflexão. Russel critica o fato de se manter ociosa uma parcela considerável da população trabalhadora, que se torna dispensável porque se impõe o sobre trabalho à outra parcela.

A idéia de que pobre tem direito ao lazer sempre chocou os ricos, dizia Russel. Assim prossegue o pensador.

Na Inglaterra, no século XIX, a jornada de trabalho do homem adulto era de 15 horas. As crianças, às vezes, cumpriam a mesma jornada. A outras, era reservada jornada de 12 horas. Quando alguns vieram afirmar que a jornada era longa demais, foi justificado que o trabalho mantinha os adultos afastados do uso das bebidas e as crianças afastadas do crime.

O lazer é essencial à civilização. Em épocas passadas, o lazer de poucos só era possível devido ao trabalho da maioria.

Com a técnica moderna, seria possível a justa distribuição do lazer sem nenhum prejuízo da civilização. Russel falava da tecnologia como forma de diminuir as desigualdades humanas, desde que não fosse usada apenas para a acumulação do capital, na metade do século passado. Imagine hoje, com esta tecnologia potencializada de que dispomos.

A técnica moderna tornou possível a drástica redução da quantidade de trabalho necessário para garantir a todos a satisfação das necessidades básicas.

Mas, paradoxalmente, o que se ouve com insistente maldicência é justamente que a sociedade não pode manter, no Brasil, o patamar de direitos trabalhistas e o bem-estar social garantido pela velha CLT nos idos de 1943.

Se a tecnologia potencializou a forma de se extraírem as riquezas materiais do meio, para onde se deslocam estas riquezas na medida em que se vende a idéia de que elas não são suficientes para manter o padrão de vida garantido aos trabalhadores há mais de sessenta anos?

---

## **O TRABALHO, O PRAZER E A EPIDEMIA**

Na verdade, essa introdução filosófica significa que a questão da doença do trabalho está diretamente relacionada com a intensidade, com a quantidade e com a forma como as pessoas trabalham. Na medida em que se consegue fazer do trabalho uma atividade prazerosa, algo permeado de lazer e de intervalos, restará minimizada em muito esta verdadeira epidemia de doenças profissionais e ocupacionais.

Em relação aos professores, constatam-se duas situações básicas: distúrbios da voz e transtornos emocionais, como a Síndrome de Burnout, aquelas doenças que resultam de situações estressantes e competitivas.

## **DOENÇA PROFISSIONAL E OCUPACIONAL**

A legislação é muito tímida a respeito do tema, em que pese um maior desenvolvimento de sua regulamentação sob o prisma federal. Diversas são as normas previdenciárias a respeito do assunto, as quais vão desde a definição do que é uma doença ocupacional ou uma doença do trabalho até os efeitos desta no próprio vínculo de emprego.

O artigo 20 da Lei 8.203, que regulamenta os benefícios da Previdência Social, equipara o acidente de trabalho à doença ocupacional. Ficou definido que doença ocupacional é aquela desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar de determinada atividade constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social. Esse é o conceito de doença profissional, segundo a legislação federal.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais, no artigo 128, define timidamente a doença profissional. Limita-se a equiparar essa enfermidade ao acidente de trabalho, sem aprofundar o tema. Define, ainda, doença ocupacional como aquela decorrente das condições do serviço ou dos fatos nele ocorridos.

---

## **O PROBLEMA DAS CORDAS VOCAIS**

A partir dessas definições, importa analisar sob o aspecto jurídico as questões que mais afligem e perturbam a vida do professor.

A primeira, sem dúvida, é o problema nas cordas vocais. O instrumento de trabalho do professor é a voz, além do giz e do quadro negro. A partir desta constatação, verifica-se que proliferam doenças nas cordas vocais dos professores.

Surpreendentemente, nem sob o prisma do servidor público nem sob o do empregado celetista existem programas sérios voltados para estabelecer treinamentos ou orientações aos professores de como eles devem utilizar este seu precioso instrumento de trabalho.

Não há a menor preocupação nas escolas, seja pública ou particular, em orientar os professores sobre o uso correto da voz, para que esse instrumento vital não acabe com o passar do tempo.

Nas poucas iniciativas a este respeito, algumas escolas particulares cobram de seus professores o cuidado com a voz.

E esta total negligência tem um significativo impacto social, econômico, profissional e pessoal, representando um prejuízo estimado superior a 100 milhões de reais ao ano em nosso país.

A destinação de uma pequena parte dessa quantia para medidas educativas, preventivas e curativas, reduziria, de forma substancial, o desperdício de recursos, além de eliminar significativos dramas pessoais.

## **DICAS SIMPLES**

Na verdade, bastaria que se adotasse de forma preventiva algumas medidas muito simples:

- distribuição de água para os professores;
- instalação de pequenos microfones nas salas de aulas, procedimento simples e barato, não adotado de forma costumeira nem mesmo pelas escolas particulares mais sofisticadas;
- isolamento acústico das salas de aula;
- mobiliário ergonômico;

- 
- ginástica laboral;
  - jornadas não excedentes a quatro horas aulas consecutivas e seis intercaladas;
  - intervalos interjornadas não inferiores a 11 horas.
- E assim por diante.

## **TRANSTORNOS EMOCIONAIS**

O total desprezo dos detentores do Capital com os profissionais da educação e em relação aos trabalhadores em geral desencadeia e agrava problemas de conotação emocional.

A atividade do professor é penosa por excelência, e aliada à baixa remuneração, tem o poder de acarretar problemas emocionais cada vez mais intensos.

## **DIFERENÇA ENTRE INSALUBRIDADE E PENOSIDADE**

A Constituição Federal de 88 prevê adicional de penosidade – trabalho de caráter penoso – mas, até agora não há lei regulamentar estabelecida.

Trabalho em condições penosas é aquele realizado em condições mais adversas, mais difíceis que o normal, passível de acarretar transtornos emocionais ao trabalhador.

Insalubridade é aquele trabalho que acarreta doenças aos profissionais.

## **PROBLEMAS EMOCIONAIS RESULTANTES DO TRABALHO EM CONDIÇÕES ADVERSAS**

A legislação federal refere-se a uma série de transtornos emocionais relacionados ao emprego e ao desemprego. São transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool, reações a estresses graves e problemas de adaptação, além da famosa Síndrome de Burnout, palavra da língua inglesa, que significa uma vela que vai se queimando e consumindo, destruindo-se aos poucos. É isso que

---

emocionalmente vai acontecendo com o professor ou qualquer trabalhador submetido a um regime de competição desenfreada.

## **SOLUÇÃO JURÍDICA**

Uma vez constatada a doença ocupacional, surge a possibilidade de se exigir indenização do empregador pelos danos materiais e morais daí advindos. A motivação da indenização resulta do empregador ser o responsável pelas condições que acabaram por desenvolver a doença.

Cada vez a jurisprudência fica mais avançada em relação a isso, tomando corpo o posicionamento no sentido de se reconhecer o caráter objetivo desta responsabilidade. Responsabilidade objetiva é aquela que independe, para se concretizar, da demonstração de culpa ou dolo por parte daquele a quem se impõe o dever de indenizar. A medida provisória 316 criou, para efeitos de Previdência Social, uma presunção de que certas doenças profissionais guardam nexo de causalidade com certas atividades.

Problema vocal de professor, lesões por esforço repetitivo (LER), em caso de bancário, passam a ser tratadas como enfermidades presumivelmente decorrentes do trabalho. Cabe ao empregador demonstrar o contrário.

Na esfera privada, há departamentos jurídicos e médicos, montados pelo empregador, não para prevenir a doença, mas para colocar a culpa da doença no empregado.

## **IDEOLOGIA PATRONAL**

Nas escolas particulares, como já se enfatizou, poder-se-ia conceber uma série de providências simples, para prevenir doenças ocupacionais, como já citamos anteriormente.

Talvez, por uma questão ideológica, o empregador transfere a responsabilidade das doenças ocupacionais para o trabalhador, colocando-o completamente ao relento.

Para concluir, é preciso frisar que até mesmo a velha CLT tem regras importantes capazes de prevenir doenças ocupacionais, tais como a limitação da jornada de trabalho, no seu artigo 318.

---

## **REIVINDICAÇÃO DOS PROFESSORES**

Não é permitido ao professor lecionar mais que quatro horas/aula consecutivas ou seis horas/aula intercaladas. O próprio docente, no afã de ganhar mais a curto prazo, muitas vezes não entende as razões desta limitação, chegando a haver solicitações para que a entidade sindical celebre acordos e convenções coletivas que elasteçam estes limites. Os efeitos de tais ajustes, feitos individualmente ao arrepio da lei, são funestos a médio e longo prazos em termos de saúde.

A não observância dessa limitação da carga horária, muito comum na esfera privada, que exige quatro, seis, oito aulas no mesmo dia do professor, tem reflexos na saúde vocal e emocional do professor.

Mais recentemente, esses profissionais, os mais politizados, estão entrando na justiça, com a reivindicação do pagamento das horas que excedem a quarta diária consecutiva ou sexta intercalada.

Algumas instituições de ensino superior já tentam fazer o horário do professor, respeitando a legislação, não por estarem preocupados com a saúde desses profissionais, mas porque não querem pagar, na justiça, horas extras aos professores.

## **A TIMIDEZ DO ESTATUTO**

Lamenta-se que não exista uma norma simples de proteção ao trabalhador na esfera da administração pública estadual ou federal, deixando os professores da rede pública a descoberto da proteção contra longas jornadas.

O Estatuto do Servidor estadual é muito tímido com relação à jornada de trabalho semanal. Sequer fala da jornada diária. Entretanto, cogita de regime de trabalho de 40 horas semanais que nada tem a ver com o caráter penoso, difícil do trabalho do professor.

A legislação, que estabelece o Plano de Carreira do Professor da rede estadual, também é muito tímida. Trata de regime de 10, 20 e 40 horas semanais, como se a jornada de 40 horas não fosse um verdadeiro suplício para o professor e uma fábrica de

---

doenças de natureza física e emocional.

Se fosse um regime de 40 horas como o das instituições de ensino superior, em que parte da jornada é dedicada à pesquisa, ao atendimento de alunos, então estaríamos diante de uma situação suportável. Mas 40 horas de tablado contraria até mesmo a proteção inicial incipiente do professor estabelecida na CLT nos idos de 1943. Isto porque, naquela época, já se percebia que o professor tinha de ter uma jornada diferenciada.

## **PREVENÇÃO PELA LEGISLAÇÃO**

Este encontro constitui uma preciosa oportunidade para que sejam inspiradas e produzidas medidas legislativas quanto à saúde do professor. Depois que o profissional adoecer, os custos e as dores serão muito mais expressivos. Há muitas medidas legislativas e profiláticas que podem ser adotadas pelo legislador, pelo empregador e pelo professor para evitar as doenças, que não podem ser deixadas de lado, inclusive em termos de conscientização.

Quando não mais for preciso dar 40 horas de aulas para poder sobreviver, quando houver salários decentes, quando as normas básicas de intervalos interjornadas mínimos de 11 horas valerem de fato, com certeza haverá menos profissionais da educação doentes.

# Nanci Ferreira Pinto

*Assistente social e sindicalista do SindSaúde*

Nanci Ferreira Pinto, resgata um pouco da história do movimento dos trabalhadores para preservar a saúde. Ela fala sobre a confusão de conceitos entre a medicina do trabalho, saúde ocupacional e o campo da saúde do trabalhador, a omissão do Estado, e aponta caminhos possíveis para solucionar o imbróglio das relações hierárquicas, de ambiente e da jornada de trabalho.

## **INTRODUÇÃO**

Estive durante 10 anos atuando no Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Hoje, estou na direção do SindSaúde. Mesmo dentro do sindicato, tenho me debruçado sobre a questão da saúde dos trabalhadores, em especial a do servidor da saúde e alguns estudos sobre o funcionalismo de forma geral.

Estou aqui muito mais para fazer algumas provocações do que trazer respostas. Quero estabelecer qual é a minha posição. Quando digo que sou trabalhadora de saúde, já estabeleço meu campo, que é o da saúde do trabalhador, e do que vou falar.

## **A CONFUSÃO DE CONCEITOS**

Existe muita confusão entre essas três concepções: a medicina do trabalho, a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador, que não são a mesma coisa.

A medicina do trabalho aparece, historicamente, na primeira metade do século XIX, durante o período de revolução industrial. Todos sabem que, nesse período, as condições de trabalho eram extremamente penosas e precárias.

---

## **MEDICINA DO TRABALHO**

A origem da medicina do trabalho se dá quando o dono de uma empresa percebe que seus trabalhadores estavam adoecendo, que havia problemas com a produção. Assim, ele procurou o médico e perguntou o que deveria fazer em função das condições de saúde desses trabalhadores, sem que isso afetasse a produção. O doutor respondeu: “Você contrata um médico de confiança e ele vai dar conta das condições de saúde dos trabalhadores da sua empresa, e isso pode alterar o quadro de saúde dos trabalhadores”.

Quando fazemos uma perícia médica, e o perito não reconhece a nossa doença como relacionada ao nosso trabalho, isso está historicamente relacionado a essa origem da medicina do trabalho.

A criação desses serviços foi dirigida por pessoas que contavam com a inteira confiança do empresário. Elas se dispuseram a defender o empresário. Não os trabalhadores.

## **ADAPTE-SE OU DEIXE-O**

O serviço era centrado no médico, que identificava o problema de saúde dos trabalhadores, que eram objeto e paciente. E o médico iria identificar os problemas do profissional. A prevenção aos danos da saúde do trabalhador era de responsabilidade do médico. Em linhas gerais, o objetivo era adaptar o indivíduo ao trabalho e não o contrário.

Esses médicos do trabalho serviam também para selecionar os melhores candidatos, que não viessem a adoecer. Esse modelo persistiu até depois da Segunda Guerra. Depois disso, com o avanço tecnológico e com o avanço do processo industrial, com o surgimento de novos produtos químicos, essa medicina do trabalho se revelou insuficiente e impotente para dar conta dos problemas relacionados à saúde dos trabalhadores.

## **SAÚDE OCUPACIONAL**

Junto às novas disciplinas que iam surgindo, como a ergonomia e a higiene ocupacional, vem a saúde ocupacional.

---

Técnicos começam a compor equipes com um novo olhar. Desta vez, também para o ambiente de trabalho. E é nesse período que começam a aparecer novas legislações.

## **O LIMITE DA TOLERÂNCIA**

São estabelecidos limites de tolerância sobre algumas substâncias químicas. Esse modelo também é questionado e se torna impotente.

## **SAÚDE DO TRABALHADOR**

A partir da década de 60, surge a saúde do trabalhador, com toda a movimentação na Europa e os países capitalistas mais desenvolvidos. Os trabalhadores começam a se mobilizar, exigir e colocar na pauta a participação nas questões de saúde e segurança.

## **O MARCO**

Esse é o momento em que se começa a construir o campo da saúde do trabalhador. O marco é o modelo operário italiano, em que se constituiu o Estatuto do Trabalhador, que se tornou lei. Os trabalhadores da Itália dizem que a primeira regra é não delegar a vigilância da saúde ao Estado. Temos condições de trabalhar no processo de vigilância da nossa saúde.

Não queremos receber insalubridade ou periculosidade. Queremos um ambiente de trabalho que não nos prejudique a saúde e não nos coloque em situação de doença ou de acidente.

## **A ANTENA DO SABER É LIGADA**

Nós, trabalhadores, temos o saber e esse saber deve ser garantido por meio de estudos e investigações. Os trabalhadores deveriam estar acompanhando as fiscalizações dos ambientes de trabalho.

Os trabalhadores têm direito de ter acesso às informações

---

sobre os riscos, aos resultados dos exames médicos, às avaliações ambientais. E o direito de se recusar a trabalhar em condições de risco grave.

É fundamental a participação dos trabalhadores na escolha das tecnologias e na dos profissionais que vão atuar nos serviços de saúde do nosso trabalho.

## **MOVIMENTO SINDICAL E O ESTATUTO**

Na década de 70, esse Estatuto chega ao Brasil. O movimento sindical incorpora esse conceito e aparecem as verdadeiras epidemias relacionadas ao trabalho.

Christophe Dejours, autor do livro *A loucura do trabalho*, coloca alguns elementos que compõem a nossa condição de trabalho. Gostaria que vocês refletissem sobre como são essas condições no local de trabalho de cada um, para que possam ajudar na nossa discussão e também para ver quais as saídas que existem para isso:

1) o ambiente físico, formado e constituído, relacionado à temperatura, fungos, mobiliário, barulho, parasitas, vírus, bactérias, enfim como esse ambiente se estabelece;

2) outro elemento é a organização do trabalho - conteúdo da tarefa, sistema hierárquico, modalidade de comando, relação de poder, questão de responsabilidade. Como isso está colocado no nosso ambiente de trabalho;

3) por último, as relações de trabalho - todos os laços criados pela organização do trabalho. As relações hierárquicas com os outros trabalhadores, com os usuários. No caso dos educadores, as relações com os estudantes, com os pais das crianças, como se dão essas relações.

E à medida que se tem esse quadro, a pergunta é: o que faz com que os profissionais da educação do Paraná adoçam, se acidentem e sofram? Por conta dos problemas citados nos três itens acima expostos.

O Perrini falou sobre dar água, fazer ginástica, do mobiliário, mas há um componente fundamental, que é a questão da organização do trabalho e das relações nesse ambiente.

Muitas vezes estão resolvidas as questões de estrutura, mas

---

as hierárquicas, de poder, entre os próprios educadores não são resolvidas. E isso causa estresse e problemas relacionados à depressão e a transtornos mentais.

## **UM ÚNICO CASO**

Nós procuramos dados para saber as razões pelas quais os servidores públicos estaduais e, em especial, os professores, adecem. O primeiro dado é sobre os acidentes de trabalho. Foram 632 acidentes em 2005. Em relação a doenças profissionais, no período de 1998 a 2006, houve apenas um caso de doença profissional registrado. É possível acreditar que houve apenas um caso nesses anos todos?

## **OS NÚMEROS**

Por outro lado, os números sobre casos de readaptação, ou seja, quando o servidor passa para outra função, mostram que, em 2005, houve 144 casos. No mesmo período, as licenças por transtornos mentais foram 8.405. Isso significa 23% das licenças. Doenças do sistema osteomuscular foram 5.998, 17% das licenças. Aparelho circulatório, 3.063. Esses números mostram que existem muitas doenças relacionadas ao trabalho que não estão sendo reconhecidas como tal.

As licenças por transtorno mental e do sistema osteomuscular estão aumentando ano a ano. Faltam dados, aos quais não temos acesso. O que dá uma idéia de qual pode ser a informação.

## **O GOVERNO X SAÚDE DO TRABALHADOR**

Tanto no Estado quanto no município não há política de saúde para o trabalhador do serviço público. Uma política que dê conta da assistência e do monitoramento da saúde, da fiscalização, da participação dos trabalhadores. Tampouco informações sobre direitos e riscos no ambiente de trabalho. Prova disso é a dificuldade de acesso aos dados.

---

Não há reconhecimento nem notificação das doenças relacionadas ao trabalho. Também não existe atuação nos ambientes, restrita apenas à emissão de laudos para pagamento de periculosidade e insalubridade. A perícia parte do pressuposto de que o trabalhador está simulando, o que é extremamente complicado. Em função desse quadro, há algumas tarefas: discutir o acesso à informação e debater as condições de trabalho a que estamos submetidos.

## **A JORNADA E A LUTA HISTÓRICA**

O SindSaúde, em função desse quadro, está numa luta pelas jornadas de 20 e 30 horas. Há 17 anos cumprimos essa jornada de trabalho, e o governo impôs jornada de 40 horas. É uma luta histórica dos trabalhadores. Uma jornada reduzida não é apenas zelar pela saúde dos servidores, mas também dos usuários e das crianças a que estamos atendendo. Preservar a saúde dos trabalhadores com jornada reduzida é também preservar a saúde daqueles a quem dirigimos nosso trabalho, a população.

## **OS CAMINHOS**

Existem três caminhos que nos norteiam: um deles é Legislativo. Ou seja: estabelecer uma política para a saúde do trabalhador. Também é uma questão de organização do local de trabalho. Isso só vai acontecer se as relações forem mais solidárias, se nos organizarmos e estabelecermos uma rede de proteção dos nossos ambientes de trabalho para coibir o assédio e a violência moral.

Fortalecer e dar autenticidade às organizações e manter um processo de negociação permanente, tanto nos locais de trabalho, como pelos processos sindical e legislativo.

# Osny Batista

*Educador, professor de educação física, Osny Batista, é mestre em Ciências da Educação e está há dois anos na Secretaria da Saúde de Santa Catarina.*

A ida para a Secretaria se deu em função da pesquisa feita com a Universidade Federal, que possibilitou ter algumas estratégias de enfrentamento, até institucionais, com relação ao adoecimento dos docentes. Ele faz um diagnóstico dos problemas encontrados pela categoria.

## **A VOZ – A FERRAMENTA**

É preciso qualificar os professores para a questão da saúde vocal. Uma das poucas ferramentas que o professor possui é a voz. Eu mesmo tive problemas com o uso da voz em campo aberto, como professor de educação física. Em sala de aula, também é complicado.

## **O CALCANHAR DE AQUILES**

Parece que nosso calcanhar de Aquiles é a carga horária. Estamos na contramão, perdendo muito. Essas perdas têm gerado um sentimento de impotência muito grande. E a gente passa a naturalizar a barbárie. Não podemos dar 40 horas de aula.

## **A PRODUÇÃO DO ADOECIMENTO DOCENTE**

O objetivo da nossa pesquisa é compreender o que caracteriza o processo de adoecimento dos professores que atuam na rede pública de ensino. Queríamos saber as razões pelas quais o professor adocece. O adoecimento tem múltiplas causas. Tra-

---

balhadores em educação, saúde e segurança têm características especiais.

Outro objetivo é refletir sobre o modo como se constituem as relações interpessoais hierárquicas, nas quais se materializam as práticas de assédio moral e as doenças em relação às condições de trabalho e à ausência do suporte afetivo e social.

Nós, professores, buscamos invariavelmente o suporte afetivo no lugar errado. Na escola não conseguimos esse suporte. Podemos ter algumas relações sociais que garantam a sobrevivência, mas o afetivo se busca na família.

A reflexão temática da pesquisa surgiu da necessidade de investigar as causas de adoecimento dos professores. Para construir a análise em torno desse problema, discuti algumas concepções sobre saúde e adoecimento, e de que forma estas situações afetam a vida dos profissionais nas atuais condições de trabalho.

Também quis dar visibilidade às causas mais freqüentes do mal-estar docente, como a Síndrome de Burnout, cujas manifestações estão presentes na escola, onde é possível estabelecer alguns vínculos entre a síndrome e o trabalho.

Fizemos uma análise dos olhares institucionais sobre os direitos e as obrigações dos educadores em processo de adoecimento, e como a docência se degrada pelo assédio moral que transversaliza as relações interpessoais.

Colocamos em foco como se refletem, nos espelhos sociais, a saúde e o adoecimento, construindo imagens sobre o processo que acontece a um número significativo de educadores.

## **CONCLUSÕES DA PESQUISA**

O estudo apontou algumas explicações sobre as relações entre saúde, adoecimento e condições de trabalho.

A inconformidade nos tratamentos médicos indicados por profissionais de saúde, associada às condições degradantes de trabalho e o descaso com as queixas apresentadas, contribui para aumentar a falta de assiduidade entre os professores.

Não há, desse modo, no sistema de saúde, por suas precariedades, um acolhimento profilático, ou mesmo uma fase pré-clínica que considere que a origem do adoecimento está situa-

---

da também no ambiente de trabalho.

A longa jornada diária de trabalho, e todos os encargos, que não são da competência do professor, evidenciam que estes aspectos quase não são considerados para gerar o diagnóstico médico.

Por essa razão, muitos professores evidenciam relações de submissão, de dificuldade de levantar a cabeça e fazer uma nova história. Isto provoca sentimentos de humilhação, fragilidade e de culpa pelo fracasso na condução da vida profissional.

A identidade do professor, em processo de adoecimento, requer explicações que minimizem o sofrimento e apontem alternativas para que ele possa modificar a conduta, interagir de modo novo com o ambiente de trabalho e a comunidade escolar.

## **AS TRÊS FASES DO BURNOUT E SUAS MANIFESTAÇÕES**

**Exaustão emocional** – situação em que o professor sente que não pode dar mais de si emocional e afetivamente; perda da energia vital.

**Despersonalização** – desenvolvimento de pensamentos e atitudes negativas e de cinismo na convivência. Desqualifica as relações.

**Falta de envolvimento pessoal no trabalho** – tendência de uma evolução negativa em relação ao trabalho, às pessoas e à própria organização escolar. O professor dá aula, vai embora, e não assume mais nada.

## **DADOS DE REALIDADE**

Os dados são preocupantes e podem ilustrar o problema.

### **Doenças mais recorrentes apontadas pela pesquisa:**

- depressão, estresse, doenças do aparelho fonador, doenças osteoarticulares e cardiocirculatórias.

### **Manifestações com maior visibilidade:**

- *depressão*: irritação, nervosismo, indisposição corporal, alteração de humor.

- 
- *estresse*: cansaço mental, desânimo, fadiga, colites, gastrites, problemas de pele.
  - *Problemas da voz*: rouquidão, dor de garganta (faringite, laringite), irritação nasal.
  - *Doenças osteoarticulares*: dor nas costas, pernas, braços e ombros, caracterizando um possível processo de fibromialgia dorsal (o termo refere-se a uma condição dolorosa generalizada e crônica).
  - *Doenças cardiocirculatórias*: tonturas, desmaios, problemas de visão, varizes, hipertensão, edemas.

### **Indicadores de afastamento em Santa Catarina em 2003**

Em um universo de 22 mil professores, 5.749 efetivos foram afastados para tratamento de saúde, entre os meses de maio e dezembro. Destes, 1.930 foram readaptados por problemas de saúde.

A readaptação pode ter um retorno. Geralmente, a pessoa se desvia de função e é duplamente penalizada porque, além de sofrer com os problemas de saúde, o professor acaba fazendo uma atividade para a qual não tem qualificação. O país todo tem essa prática.

### **Indicadores de afastamento em Santa Catarina em 2004**

5.767 afastados. 1.005 readaptados. É uma epidemia. Não é possível que, em dois anos, quase três mil trabalhadores sofram por dia com isso.

### **Causas profissionais mais evidentes:**

- excessivo número de alunos em sala de aula
- longa jornada de trabalho
- ambiente intranquilo e estressante
- ritmo acelerado
- exposição ao pó de giz e ruídos constantes
- desgaste na relação professor – aluno (assédio moral)
- desgaste na relação professor – diretor (terror psicológico)
- baixos salários
- falta de material adequado
- ambientes degradados

A questão do baixo salário é bastante relevante. A valorização de uma profissão está diretamente relacionada ao valor que é pago.

# Roberto Ruiz

*Roberto Ruiz é médico do trabalho e perito do INSS de Florianópolis, SC, trabalhou na Apeoesp, em São Paulo, o maior sindicato da América Latina, com uma base de 250 mil professores.*

Roberto aponta dados do Brasil e do exterior, lembra que, sem vontade política e compromisso, não se soluciona nada. O médico aborda, ainda, o neoliberalismo e as epidemias que esse tipo de sistema produz.

## **OS EXPLORADOS E OS EXPLORADORES**

Somos uma classe social. Alguns são explorados, outros são exploradores: isto é um fato. O aparelho do Estado, como regra no capitalismo, é um instrumento de exploração. Também é um fato. É assim que funciona.

A partir dessa realidade, é que precisamos abrir os olhos. Só existe doença do trabalho porque existe risco no local de trabalho, muito diferente de outras doenças, como diabetes: quem tem é porque estava escrito no código genético. As doenças do trabalho existem por causa dos riscos. Baseado nisso, apresento uma classificação muito simples.

- Risco físico: ruídos, calor
- Risco químico
- Risco biológico
- Riscos mecânicos: de organização
- Riscos ergonômicos: envolvem biomecânica, organização do trabalho. E aqui é o nosso calcanhar de Aquiles.

---

## **VONTADE POLÍTICA**

A gente pensa: “Pra avaliar isso, preciso de uma máquina, isso é muito complexo”. Não, o que precisa existir é vontade política e compromisso. Só assim acontece a mudança.

Muito diferente de achar que tecnologia na saúde significa aparelhos sofisticados, alta tecnologia é a humanização do serviço de saúde. Simples pesquisas podem gerar grandes dados.

Já sabemos que os professores têm problemas de saúde relacionados ao trabalho. Podemos, então, fazer novas pesquisas para medir o efeito das coisas. Procedimentos simples podem ajudar a diminuir os casos. Vamos ver alguns dados e refletir sobre o que podemos fazer.

## **EDUCAÇÃO BANCÁRIA X CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

Em 1.997, no Estado de São Paulo, havia quase 220 mil professores e 6,5 milhões de alunos no serviço público. Só esses números justificava esse debate. Propusemos ir um pouco além e estudar para qualificar esse tema a partir da seguinte proposta: a educação é uma educação bancária, de depositar conhecimento? “Como eu opero esse torno, como eu opero essa máquina?”. Ou é a construção da cidadania, uma educação libertária? É fundamental politizar esses discursos, mas não é uma política partidária. Aquele que pensa que a política é uma coisa suja está fadado a ser explorado. Só vamos superar as questões se debatermos e nos organizarmos politicamente.

## **SOZINHO, NEM PENSAR!**

Se você enfrentar sozinho a máquina, a chance de perder é grande. Mas se faz isso de maneira organizada, existe uma chance de ganhar. Vamos discutir política da saúde do trabalhador. Aí, sim, conseguimos clarear o meio de campo e avançar.

Se o professor adoecer menos, com certeza a qualidade do ensino é melhor. Se o sofrimento do professor diminui, é menor a possi-

---

bilidade das nossas crianças terem uma formação melhor e, portanto, teremos, no futuro, homens e mulheres com melhor formação.

Dizem que o analfabetismo funcional no Brasil chega a 40%. Para onde vamos, que país estamos construindo?

## **A FALTA**

Estudando atestados médicos de mais de nove mil afastamentos de professores, verificamos que há pessoas com predisposição a faltas. Mas se você olhar o grande número de fatores, perceberá que as pessoas faltam por má condição de trabalho e falta de coesão no grupo.

## **A READAPTAÇÃO**

Quando uma pessoa vai para o INSS, volta ao trabalho e é readaptada, o que mais causa motivo de novo afastamento não é mais tanto o trabalho, mas a opinião do companheiro de trabalho. Isso porque as pessoas até admitem que aquele encarregado, que é ruim demais ou o patrão um explorador, não entenda a situação a que está submetido, mas espera que o colega, que está no mesmo nível, perceba.

## **SOLIDARIEDADE**

Um dos fatores que temos de usar no local de trabalho é a solidariedade. A classe que domina esse país tem conseguido, dia após dia, nos últimos 40 anos, instituir a Lei de Gérson: é cada um por si e Deus por todos.

## **O NEOLIBERALISMO**

Os trabalhadores desse país estão sob pressão. Não chegamos até aqui à toa. Para chegar ao neoliberalismo, houve um momento fundamental no começo dos anos 80, com os governos Reagan nos EUA e Thatcher na Grã-Bretanha, para construir o desemprego estrutural, principalmente no terceiro mundo. Porque

---

se não houvesse esse nível de desemprego que há hoje, as coisas seriam melhores.

Para as coisas chegarem a esse ponto, em que as pessoas se submetem a tal situação engolindo em seco, é porque existe esse desemprego estrutural, construído para explorar a classe trabalhadora. A reação tem de vir em forma de união, organização e solidariedade.

Nossa pesquisa registra que, de 1927 até 1997, os afastamentos têm uma tendência de crescimento. Os professores se afastaram cada vez mais. O trabalhador está realmente dando o sangue e o suor e está se desgastando. Trabalho, hoje, não é apenas para ganhar a vida. No trabalho, você também está perdendo a sua saúde.

## **FÉRIAS SÃO FUNDAMENTAIS**

Um dado interessante é que, de janeiro a julho, aumenta o número de afastamentos, até as férias, quando esse número cai. Depois das férias volta a crescer. Isso significa que as pessoas vão se desgastando. As pessoas precisam de férias.

Precisamos pensar em política de lazer para os professores.

Para a elite é um absurdo que os trabalhadores queiram folga. E essa é a sociedade de classes em que vivemos. Existe uma tendência mundial à feminização de algumas profissões. E são exatamente essas que são desvalorizadas socialmente. Professor é uma delas.

## **SAÍDAS**

Uma ação que pode ser adotada pelos parlamentares é fazer aquilo que o INSS fez, a partir de 2 de abril, que é o nexó técnico epidemiológico previdenciário. Ou seja: as tendinites já são reconhecidas como LER. Cabe ao empregador provar que não é. Essa é uma discussão que vale a pena trazer para o Estado.

O perfil de adoecimento dos professores é padronizado. As tendências são as mesmas em todos os lugares, porque o tipo de exploração é comum. Este é um problema endêmico do nosso país.

Em países da América Latina, como Argentina, Chile, Equa-

---

dor, México, Peru e Uruguai um teste com os docentes revelou dados interessantes.

Quando se fala em exigência ergonômica, na Argentina e no Chile, 73% dos docentes percebem que a exigência da carga de trabalho é muito alta, passando do suportável.

Os docentes de todos os países, com exceção do Uruguai, reclamaram de ter de trabalhar em pé durante toda a jornada. Todos apresentam problemas com voz. Então, atacar os problemas relacionados ao aparelho fonador tem de ser prioridade das administrações públicas. Inclusive por uma questão de inteligência. Preservar as pessoas é preservar o serviço.

Na população em geral, quase 30% das gestantes têm menos de 20 anos. Isso é um problema de saúde pública. Entretanto, a pesquisa mostra que, entre as docentes, a maioria das gestantes está na faixa de 30 a 39 anos. Se começarmos a pensar que os professores têm um perfil diferente da população em geral, quando a professora engravida aos 30 anos tem outro tipo de dificuldade para levar essa gestação. É preciso uma campanha para seis meses de licença maternidade.


## **A HUMANIZAÇÃO**

Temos de humanizar o trabalho social. Existem professores que depois de readaptados voltam a se afastar. Isso significa que a readaptação é inadequada.



**REALIZAÇÃO:**

**Núcleo Sindical de Curitiba Sul  
da APP Sindicato**

*Uma outra escola  
é possível* 

PROFESSOR  
**Luizão**  
Deputado Estadual

**Pedro Paulo**  
verender [www.pedropaulo.com.br](http://www.pedropaulo.com.br)



**SINPES**

Sindicato dos Professores  
de Ensino Superior